

ARTIGO

O ANO QUE NÃO TERMINOU:

DESENGAJAMENTO MILITANTE E INADAPTAÇÃO NA GERAÇÃO DE 1968 BRASILEIRA

HIGOR CODARIN

Pesquisador de pós-doutorado – Universidade
Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pela
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São
Paulo (Processo nº2023/14002-7)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0227-1803>

RESUMO: Embora a geração de 1968 no Brasil, especialmente os que se engajaram na luta armada contra a ditadura civil-militar, tenha sido objeto de considerável estudo, há uma carência de abordagens sobre a “viagem através do tempo” dessa geração. Persiste uma lacuna bibliográfica acerca da reinserção social dos indivíduos que vivenciaram clandestinidade, prisão, tortura e exílio. Este artigo, ancorado na sociologia do engajamento militante, tem por objetivo analisar as trajetórias de Celso de Castro, Gustavo Buarque Schiller e Vera Sílvia Magalhães, evidenciando as dificuldades enfrentadas no retorno à sociedade pós-ditadura. Essas adversidades, que resultaram em suicídios e transtornos mentais, ilustram a incongruência entre os valores da geração de 1968 e a nova configuração social brasileira que emergiu após a lei da Anistia.

PALAVRAS-CHAVE: Desengajamento militante; Geração de 1968; Inadaptação; Reinserção social; Ditadura civil-militar

THE YEAR THAT NEVER ENDED:

MILITANT DISENGAGEMENT AND INADAPTABILITY IN BRAZIL'S 1968 GENERATION

ABSTRACT: Although the 1968 generation in Brazil, especially those who engaged in armed struggle against the civil-military dictatorship, has been the subject of considerable study, there is a lack of approaches regarding the "journey through time" of this generation. A bibliographic gap persists concerning the social reintegration of individuals who experienced clandestinity, imprisonment, torture, and exile. This article, anchored in the sociology of militant engagement, aims to analyze the trajectories of Celso de Castro, Gustavo Buarque Schiller, and Vera Sílvia Magalhães, highlighting the difficulties faced in returning to post-dictatorship society. These adversities, which resulted in suicides and mental disorders, illustrate the incongruence between the values of the 1968 generation and the new social configuration in Brazil that emerged after the Amnesty Law.

KEYWORDS: Militant Disengagement; Inadaptability; 1968 Generation; Social Reintegration; Civil-Military Dictatorship

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v82p401-432>

Recebido em: 08/10/24

Aprovado em: 02/12/24



Introdução

Buscando preencher uma lacuna bibliográfica, este artigo tem por objetivo analisar a reinserção social da geração de 1968 no Brasil pós-ditadura. Muito se escreveu sobre os anos de formação e atuação política da geração de 1968 brasileira, em específico sobre a luta armada contra a ditadura civil-militar e sua experiência na prisão e/ou no exílio.¹ No entanto, a historiografia carece de análises que buscam compreender de que modo essas mulheres e homens se reinseriram na sociedade brasileira em processo de redemocratização. Para além, conforme apontou Jean Rodrigues Salles,

[...] não há estudos sistematizados sobre o processo de modificação das bandeiras e a atuação política da parte da esquerda brasileira que, envolvida com o movimento mais amplo de redemocratização da sociedade, deixou para trás um projeto revolucionário e de luta armada contra o regime ditatorial (Salles, 2020, p. 3).

Em síntese, as reinserções sociais e políticas, que implicaram adaptações, metamorfoses e abandonos de projetos e identidades, sejam de natureza individual ou coletiva, permanecem com pouco destaque na bibliografia que busca refletir sobre as esquerdas brasileiras.

Tendo em vista esse cenário historiográfico, objetiva-se compreender como as situações-limite vividas durante a militância armada contra a ditadura — que envolviam a incorporação profunda de um projeto revolucionário pelos indivíduos, além de consequências como a clandestinidade, a prisão, a tortura, a morte e o exílio — influenciaram a reconstrução de projetos e identidades após a promulgação da Lei da Anistia.

Embora o conjunto da geração seja amplo, este artigo focaliza a trajetória de Celso de Castro, Gustavo Buarque Schiller e Vera Sílvia Magalhães. Como casos-extremos² de inadaptação no retorno à vida social brasileira,

¹ Para ficarmos em três análises já clássicas a respeito da luta armada contra a ditadura, cf. Aarão Reis Filho (1990); Ridenti (2010); Gorender (2014). Para a experiência do exílio, cf. Rollemberg, 1999.

² Caso-limite ou caso-extremo é um conceito proposto pela micro-história italiana que busca, através do menos frequente estatisticamente, lançar luz sobre as “margens do campo social” (Levi, 2006, p. 176). Conforme aponta Carlo Ginzburg: “[...] mesmo um caso-limite (e Menocchio com certeza é) pode se revelar representativo, seja negativamente — porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por ‘estatisticamente mais frequente’ — seja positivamente — porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo que nos chega apenas por meio de documentos fragmentários e deformados” (Ginzburg, 2006, p. 20)

acabam por lançar luz aos ângulos mortos da viagem através do tempo desta geração. Essas trajetórias, duas delas interrompidas por suicídios e atravessadas por transtornos mentais, podem incorporar interpretações outras às razões que geralmente são apresentadas para justificar a inadaptação.³ Embora seja inegável o papel das experiências traumáticas, como as torturas sofridas, a saída do Brasil e o exílio, essas trajetórias apresentam um outro fator que deve ser levado em conta. Demonstram, sobretudo, de que modo os projetos e identidades criados no seio da geração de 1968, lastreados em uma perspectiva rebelde e revolucionária, não reencontraram lugar na sociedade brasileira. Dito de outro modo, a permanência da identidade forjada nos anos 60 contribuiu para a inadaptação desses indivíduos na sociedade brasileira que iniciava o processo de redemocratização.

A geração de 1968 brasileira e as consequências biográficas do engajamento militante

Mais do que um estrato demográfico marcado, exclusivamente, por medidas de tempo, “[...] uma geração é uma reunião de homens [e mulheres] marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos” (Sirinelli, 1987, p. 9) Em uma caracterização do conceito de geração que pressupõe as imbricações entre o político, o social e o cultural, Jean-François Sirinelli, realçando a importância de eventos que caracteriza como inauguradores ou assinaladores, postula que “[...] um estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade” (Sirinelli, 2006, p. 133).

Partindo da vereda metodológica aberta pelo historiador francês, Denise Rollemberg caracteriza a geração de 1968 como

³ Diversos autores ressaltaram, por exemplo, como o exílio dificulta a readaptação ao país de origem no retorno. Outras iniciativas da sociedade e do Estado, incluindo as iniciativas da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, acabam por ressaltar, em uníssono, o arbítrio do Estado, especialmente vinculado às práticas de tortura, como razões explicativas para as inaptações profundas. Não se quer, no presente artigo, negar a significativa influência desses fatores. Ao contrário. Busca-se demonstrar como o conjunto de valores partilhado pela geração de 1968 não encontrou ressonância na sociedade brasileira pós-1979. E isso também deve ser considerado como um fator explicativo fundamental. Para outros estudos sobre a influência psicológica do exílio, cf: Delsueil; Richard; Vasquez, 1979.

[...] militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizavam a ação revolucionária – de *massas* ou de *vanguarda*. Os eventos e as lutas do pós-1964 – o movimento estudantil, as passeatas, as greves, a luta armada, os sequestros de diplomatas – são as referências (Rollemberg, 1999, p. 50).

Para além da perspectiva clássica de *événement*, deve-se ter em vista, também, eventos inauguradores outros, ideológicos. Estes, por serem dilatados no tempo, são “[...] menos espetaculares que aqueles de um conflito ou de uma grave crise”, embora não sejam menos eficazes em “[...] suas funções coagulantes” (Sirinelli, 1987, p. 10). A partir deles é que conseguimos recuperar os ares da época, fundamentais para compreensão dos eventos clássicos constituídos e constituintes desta geração, como os apontados por Rollemberg.

Um “[...] protesto contra o que é” (Marcuse, 1973, p. 75). Talvez este seja o amálgama ideológico, cultural, inaugurador da geração de 1968 brasileira. A negação da sociedade tal qual ela era, em seus mais diversos aspectos. Negava-se a ditadura, que sedimentava suas bases e articulava o processo de modernização conservadora do capitalismo à brasileira. Negavam-se as formas tradicionais, institucionais, de fazer política, como também os principais atores políticos de esquerda do período, em específico o trabalhismo e o comunismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este último, considerado por muitos como responsável pela conjuntura do golpe de 1964. Negava-se a estrutura arcaica e hierárquica das universidades, a repressão e supressão das entidades estudantis, além da influência externa na política universitária, simbolizada nos acordos MEC-USAID. Em sua grande maioria jovens, estudantes, recusavam-se a encenar o papel social que lhes era previsto. Desafiavam e desafiavam do destino social que lhes havia sido escrito, com uma trajetória regular de universidade, trabalho, casamento e filhos.

No entanto, essa negatividade não se restringia a críticas difusas e estéreis às amarras da sociedade e às práticas políticas, consideradas obsoletas e reacionárias. Conforme aponta Albert Camus, o homem – e a mulher – revoltado(a) “[...] é também um homem que diz sim” (Camus, 2011, p. 25). Assim, no ventre da negatividade crítica repousava o sonho utópico de

construção de uma outra sociedade brasileira e, no limite, de um outro mundo. Sonho utópico que não guardava o sentido usual da palavra utopia, como algo abstrato ou alheio ao mundo, “[...] mas sim inteiramente voltado para o mundo: o sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos” (Bloch, 2005, p. 22).

Pairava no ar o imperativo da ação, em suas variadas matizes. Ultrapassar o curso natural dos acontecimentos pela ação rebelde e revolucionária. Por um lado, a marcha em direção ao socialismo parecia ter chegado à América Latina através do mar do caribe. Com ela, passava-se a partilhar da máxima de que o dever de todo revolucionário era fazer a revolução, visando transformar a Cordilheira dos Andes na Sierra Maestra da América do Latina, como dizia Fidel Castro. Por outro, influências teóricas difusas, sejam originárias na psicanálise ou no existencialismo, reforçavam, no campo marxista, a autonomia relativa, mas real, dos indivíduos, incorporando, “[...] numa síntese viva, a responsabilidade pessoal do homem ao sentido universal da história” (Garaudy, 1968, p. 39).

Em conjunto, negação e proposição realizavam, de uma maneira particular, a síntese dos contrários. Utopia e realidade; ação e sonho; coletivo e individual, aparentavam ser combinações possíveis. Formava-se, assim, como “bagagem genética”⁴ da geração de 1968 brasileira, o que chamamos de *ethos* revolucionário. Uma visão de mundo específica, constituída na combinação complexa de vários elementos, expressão da confluência entre dois projetos revolucionários: coletivo e individual.

Coletivamente, enxergando-se como marco zero, a geração de 1968 buscava refundar a esquerda brasileira sob uma perspectiva revolucionária, rompendo com as análises e práticas das gerações comunista e trabalhista precedentes. Inspirados, em grande parte, pelo foquismo cubano,⁵ apostavam na luta armada e na guerra de guerrilhas para derrubar a ditadura e construir uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem, como se dizia na época.

⁴ A expressão é de Sirinelli. Para maiores detalhes, cf. Sirinelli, 2003, p. 255

⁵ Sistematização teórica da revolução cubana realizada, sobretudo, por Che Guevara em *A guerra de guerrilhas* e Régis Debray em *Revolução na revolução?*.

Esse projeto coletivo articulava-se a um projeto individual de construção do “homem-novo”⁶, sustentado pela ruptura com valores morais dominantes e pela crítica ao autoritarismo, à burocracia partidária e às relações de gênero, com as mulheres reivindicando igualdade, emancipação sexual e acesso a espaços sociais antes exclusivos aos homens.

Tomados pelas “[...] esperanças impacientes” (Bloch, 2005, p. 36) e pelo afã de “[...] tudo e imediatamente” (Cohn-Bendit, 1988, p. 12), os participantes da geração de 1968 brasileira promoveram uma íntima integração entre o projeto revolucionário coletivo e suas vidas individuais.

O impulso em compreender o desenvolvimento da geração de 1968 a partir de seu *ethos* revolucionário é tributário de uma corrente bibliográfica, ainda incipiente no Brasil (Silva; Ruskowski, 2016), denominada sociologia do engajamento militante. Difundindo-se, especialmente, nos Estados Unidos e na França a partir da década de 1970, tem por objetivo compreender a “[...] participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (Sawicki; Siméant, 2009, p. 2).

Alguns trabalhos dessa corrente, especialmente os mais recentes, têm diversificado os ângulos de análise. Realçam, fundamentalmente, as consequências biográficas da atividade militante. Para esse “subcampo” interessa compreender “[...] as maneiras pelas quais o engajamento gera ou modifica disposições para agir, pensar, perceber - e perceber a si mesmo” (Leclercq, Pagis, 2011, p. 5). Invertendo a lógica analítica clássica sobre a atividade militante, o enfoque não se restringe ao processo social que produziu o indivíduo enquanto militante. O objetivo se torna “[...] saber como o engajamento é suscetível de influenciar continuamente, redefinindo ou modificando o conjunto de representações e práticas individuais” (Leclercq, Pagis, 2011, p. 6).

Dois pontos importantes deste subcampo merecem destaque para o presente artigo. Em primeiro plano, a análise do sociólogo Doug McAdam a respeito das consequências biográficas do que ele denomina como *high-risk*

⁶ O conceito de homem-novo – no sentido de ser humano, independente do gênero – está respaldado nos textos de juventude de Marx, em especial, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, que chegavam ao Brasil a partir da obra de Erich Fromm, *O conceito marxista de homem*, de 1961. Além disso, nos anos 1960, Che Guevara recoloca essa questão a partir do desenvolvimento do processo revolucionário em Cuba. Em discurso realizado em março de 1965, denominado *El socialismo e el hombre en Cuba*, fica clara sua concepção sobre o processo de construção do homem-novo, como parte indispensável do próprio processo revolucionário. Para maiores detalhes, cf. Guevara, 2004.

activism. Analisando este tipo específico de atividade militante, em que os riscos pessoais aos envolvidos são significativos, McAdam notou que a participação em organizações desse tipo acaba por gerar uma “[...] radical ressocialização dos indivíduos”, podendo ser percebido um “antes” e um “depois” na maneira como esses militantes agem e enxergam o mundo (McAdam, 1989, p. 758).

Para além, um segundo aspecto se refere a uma perspectiva bibliográfica ainda mais recente, que diz respeito aos mecanismos e, especialmente, às consequências do desengajamento militante. Para esses estudiosos, importa compreender não apenas o que motivou o abandono de uma causa e/ou da militância política, mas também quais foram as consequências desse abandono aos indivíduos (Fillieule, 2005). Se a atividade militante, especialmente a de alto risco, gera uma ressocialização radical nos indivíduos que dela participam, a questão que este artigo busca responder, é: como esses indivíduos são afetados, pessoal, profissional e politicamente quando abandonam – ou tem de abandonar – a causa e/ou militância?

Seguindo, portanto, essa vereda analítica, compreende-se o *ethos* revolucionário como parte fundamental do processo de ressocialização radical ao qual os indivíduos da geração de 1968 estavam submetidos. Resta compreender, agora, como esses valores, em meio ao desengajamento militante, acabaram por obstaculizar a reinserção social de Celso de Castro, Gustavo Buarque e Vera Sílvia Magalhães em uma nova conjuntura social, política e econômica.

Caminhos em comum. Luta armada, derrota e exílio

Embora tenha marcado profundamente a vida daqueles que dela participaram, a luta armada contra a ditadura foi derrotada rapidamente. Os grupos que se estruturaram, de forma mais evidente, a partir de 1967, estavam todos praticamente desmantelados em 1972 (Ridenti, 2010). Seus integrantes remanescentes, espalhados pelas prisões e exílios, realizavam, cada um à sua maneira, seu “inventário de cicatrizes”.⁷ Ferido de morte, o sonho revolucionário latino-americano, aberto em 1959 com o sucesso da revolução

⁷ A expressão é de um poema de Alex Polari, integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Para maiores detalhes, cf. Polari, 1978.

cubana, sofreria o golpe definitivo em 1973. A deposição de Salvador Allende, em setembro, acabava com qualquer expectativa para o continente.

A repressão brutal que se seguiu atingiu em cheio os revolucionários latino-americanos que buscavam, cada vez em maior medida, em Santiago um refúgio. A partir da queda de Allende, tiveram de buscar refúgio nas representações diplomáticas da capital chilena que, à revelia, acabavam por acolher um amontoado de militantes. As embaixadas em Santiago como uma “Internacional de feridas” (Polari, 1978, p. 51). Uma Internacional de feridos. A revolução brasileira e latino-americana, tão sonhada e idealizada, era apagada do horizonte por golpes que instauravam ditaduras, resultando na dispersão dos sonhadores, que se amontoavam nas embaixadas da capital, a última fortaleza de esperança da América do Sul. Participantes desse processo, Celso de Castro, Gustavo Schiller e Vera Sílvia Magalhães estavam ali, no epicentro da derrota.

Nascido em 1943, Celso Afonso Gay de Castro militava, em fins da década de sessenta, pelo Partido Operário Comunista (P.O.C) em Porto Alegre. Como uma das cisões da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), o P.O.C fazia parte da miríade de organizações de esquerda que surgiram no período posterior ao golpe de 1964. E parte dos seus militantes, em 1969, passou a defender a luta armada como forma de derrubar a ditadura e realizar a revolução brasileira. Em meio às perseguições policiais, que ampliavam seu *modus operandi* após o AI-5,⁸ Celso de Castro, em 1970, optou por continuar sua militância no exílio, de onde, em algum momento, voltaria ao Brasil para dar seguimento à luta. Exilou-se no Chile. Com o golpe, conseguiu refúgio na embaixada do Panamá. Depois disso, viveu na França e na Venezuela, antes de retornar ao Brasil em 1979 (Castro, 2014).

Gustavo Buarque Schiller nasceu no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, em 1950. Como estudante secundarista, vinculou-se a um grupo chamado Núcleo Marxista Leninista. Algum tempo depois, passou a integrar o Comando de Libertação Nacional (COLINA) que, em uma fusão com outras organizações, acabou por formar a Vanguarda Armada Revolucionária –

⁸ Para além do Ato Institucional de número 5, que representou o fechamento definitivo do regime ditatorial inaugurado em 1964, houve, nos anos de 1969 e 1970, uma reestruturação da estrutura policial do Estado, visando uma articulação na prática repressiva. O principal exemplo disso foi a criação da Operação Bandeirantes (OBAN) que, posteriormente, serviria de modelo para a criação do sistema DOI-CODI. Para maiores informações, cf. Fico, 2001.

Palmares (VAR-Palmares). Era sobrinho de Ana Capriglione, amante do governador paulista Adhemar de Barros. Foi através de Gustavo que a organização, em julho de 1969, realizou a ação de expropriação do cofre do governador, angariando cerca de 2,6 milhões de dólares. Pouco tempo depois, em março de 1970, foi preso em Porto Alegre, onde foi severamente torturado. Em janeiro de 1971, seria libertado como um dos 70 presos políticos trocados pela vida do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Sob a pena de banimento⁹, seu voo de liberdade aterrissou na capital chilena. Com o golpe no Chile, inconformado com o desmantelamento das organizações no Brasil e a impossibilidade de continuar a luta armada, optou por se exilar em Paris. Retornou ao Brasil, definitivamente, em 1982 (CNV, 2014).

Também natural do Rio de Janeiro, Vera Sílvia Magalhães nasceu em 1948. Ainda como secundarista, passou a fazer parte da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) que, posteriormente, adotou o nome Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Foi a única mulher a participar da captura do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Em fevereiro de 1970, seu marido, José Roberto Spiegner, foi assassinado pelos órgãos de repressão. Um mês depois, Vera foi presa. Também seria severamente torturada, tendo perdido, inclusive, o movimento das pernas. Em junho de 1970, seria libertada em uma cadeira de rodas junto a outros 39 presos políticos, em troca da vida do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben. Banida do Brasil, teve como primeiro país de destino a Argélia. Logo em seguida, foi, clandestinamente, realizar treinamento guerrilheiro em Cuba. Realizado o treinamento, voltou para a capital argelina. Pouco antes do golpe contra Allende, chegou ao Chile, tendo como objetivo retornar clandestinamente ao Brasil para continuar a luta armada contra a ditadura. Ali, teria, também, de buscar refúgio em uma das representações diplomáticas de Santiago. Refugiou-se na embaixada da Argentina. Após rápida passagem por Buenos Aires, conseguiu asilo político na Suécia, estabelecendo morada, assim como Gustavo e Celso, em Paris. Voltou ao Brasil em 1979.

⁹ Com a captura do embaixador norte-americano, que demandou a libertação de 15 presos políticos, a ditadura promulgou o Ato Institucional de número 13, que dispunha sobre a pena de banimento aos que atentavam contra a segurança nacional. O AI-13 foi a forma encontrada pelo governo militar para legitimar a libertação dos presos, impedindo-os de voltar ao país.

Embora não fossem próximos, e nem tenham se aproximado significativamente no exílio, as três trajetórias compartilhavam um mesmo destino. O retorno aconteceu por uma mesma razão. A lei da Anistia, que era promulgada em agosto de 1979.

Ampla, geral e irrestrita?

Enquanto Celso, Gustavo e Vera mantinham-se no exílio parisiense, onde percebiam, gradativamente, que a luta armada tinha fracassado e era necessário refazer os caminhos pessoais e políticos, a sociedade brasileira – e a esquerda nacional – também se transformavam.

O início de 1974, com Ernesto Geisel na presidência, indicava uma nova fase da ditadura. Em seu primeiro ano de mandato, o novo general-presidente indicava a “distensão lenta, gradual e segura” (Geisel, 1974). Era o início ziguezagueante da abertura política comandada pelos militares.

Com relação à esquerda nacional, a derrota definitiva da luta armada forçava o início de uma autocrítica. As organizações remanescentes faziam a reavaliação da perspectiva armada. Novas organizações surgiam. Apesar das nuances, algo se tornava comum a maior parte delas. Era fundamental, como necessidade primeira, o investimento em uma luta política legal. Buscava-se um “[...] retorno às formas de luta mais amplamente aceitas pela sociedade” (Araújo, 2000, p. 124). Objetivava-se romper o isolamento social imposto à luta armada. Abria-se, assim, uma nova conjuntura para as esquerdas no Brasil. Era, conforme Maria Paula Araújo, a conjuntura de resistência: “A palavra ‘resistência’ está intimamente ligada à ideia de uma correlação de forças adversa; de um inimigo mais forte que se impõe. A resistência é sempre do mais fraco, do acuado” (Araújo, 2000, p. 123).

A partir dali, mudavam-se os referenciais e, sobretudo, os objetivos. A revolução perdia, gradativamente, o protagonismo. Ao mesmo passo, a democracia, como valor universal, ganhava os corações e mentes. A tática dominante entre os grupos de esquerda passava a ser “[...] uma plataforma de lutas pelas liberdades democráticas e uma política de alianças que ia na direção de setores mais moderados da oposição, tendo como objetivo ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura” (Araújo, 2000, p. 323).

Dentro dessa plataforma de lutas, a anistia tomava, cada vez mais, a centralidade.

Um dos marcos iniciais da luta pela anistia, em 1975, foi a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Capitaneado por Terezinha Zerbini, seu manifesto de criação contou com 12 mil assinaturas em todo o país. Reunindo familiares de presos políticos, exilados, cassados e banidos, o MPFA e seu manifesto esboçavam a construção de um movimento unificado em torno da bandeira política da anistia (Vargas, 2008).

Em maio de 1977, a discussão ganhou novo fôlego a partir da prisão de universitários vinculados a uma nova organização de esquerda, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), por ocasião da mobilização do dia do trabalhador na região do ABC paulista. Dias depois, em solidariedade, estudantes se mobilizaram. No Rio, cerca de cinco mil estudantes cariocas realizaram uma manifestação na PUC. Na capital paulista, em uma passeata sobre o viaduto do Chá, reuniram-se cerca de dez mil. “Era a primeira passeata estudantil pós-1968” (Araújo, 2007, p. 343). No centro das demandas, discutia-se o arbítrio das prisões políticas e, também, defendia-se a anistia.

Para além dos estudantes, novos personagens entravam em cena. Surgiam fora dos circuitos estudantis e partidários usuais. No limite, opunham-se a ditadura a partir de novos espaços e novas perspectivas. Principais exemplos eram as Comunidades Eclesiais de Base e o Movimento Contra a Carestia (MCV) e o chamado “novo sindicalismo” (Camurça, 2007; Monteiro, 2015; Da Costa, 2007).

Entre novos e velhos atores sociais pressionando a ditadura, reocupando e (re)politizando os espaços públicos, a campanha da anistia ganhava força. Em janeiro de 1978, foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Seguido por São Paulo, os CBA's espraíram-se pelos estados ao longo do ano. Se a bandeira da anistia ganhava espaço na luta política, os CBA's “[...] representavam as posições mais à esquerda na luta pela anistia. Eram compostos por representantes das organizações de esquerda e pelos segmentos mais combativos da sociedade” (Araújo, 2007, p. 343). Além desses, também faziam parte dos CBA's familiares de presos, mortos e desaparecidos durante a ditadura.

Em 1978, os CBA's definiram que a principal bandeira deveria ser por uma anistia “ampla, geral e irrestrita.” Buscava-se, portanto, que a anistia “[...]”

beneficiasse todas as pessoas punidas por quaisquer atos de exceção, sem nenhuma discriminação nem exclusão” (Araujo, 2007, p. 344). Além disso, propunha-se a mobilização pela revogação e extinção dos atos e leis que caracterizavam o estado de exceção brasileiro, além do fim do aparato repressivo criado pelos governos militares. O I Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro, ia além. Passava a exigir, também, a punição aos agentes do Estado envolvidos em casos de mortes, torturas e desaparecimentos.

Nesse turbilhão, a bandeira política da anistia tornava-se, ao longo do biênio 1977-1978, muito mobilizadora, com poderio de “[...] congregar diferentes posições políticas, segmentos sociais, gerações”. Além disso, discutir anistia significava focar o cerne da ditadura, qual seja, as prisões, cassações, banimentos e torturas. Para as esquerdas brasileiras na nova conjuntura, tornava-se “[...] a luta política essencial contra a ditadura” (*Ibid.*).

Esse contexto de mobilizações sociais diversas acabava por exercer pressões sobre a distensão lenta, gradual e segura de Geisel. Rivalizavam e perturbavam seu projeto de controlar a transição para um possível governo civil. Em meio a elas, o general-presidente oferecia novas mostras em direção à abertura, outorgando novas medidas. No mês de outubro, com a emenda constitucional de número 11, extinguíam-se as disposições do Ato Institucional número 5 a partir do ano seguinte. Era significativo. Um dos principais aparatos repressivos da ditadura caía por terra.

Além da extinção dos atos institucionais, Geisel editava, em dezembro, uma medida que se relacionava diretamente a Gustavo e Vera. Por intermédio do Decreto nº 82.960, o presidente revogava a pena de banimento a partir do início do ano de 1979.

Embora as medidas tenham sido revogadas, Celso, Gustavo e Vera não podiam voltar ao país. As acusações de que praticaram atos de terrorismo, atentando contra a segurança nacional, voltavam a tramitar na justiça militar. No entanto, já sob o governo de Figueiredo, um projeto de lei a respeito da anistia foi enviado ao Congresso Nacional.

Como representação-síntese do processo de distensão proposto por Geisel e continuado por Figueiredo, o projeto de lei da anistia, ao contrário de amplo, geral e irrestrito era, em verdade, parcial, limitado e recíproco. Parcial e limitado pois excluía-se militantes políticos que haviam sido condenados

pelo que ficara conhecido como “crimes de sangue”.¹⁰ Recíproco pois a definição de “crimes conexos” era demasiadamente ampla, enquadrando, assim, os agentes de Estado que cometeram crimes na repressão aos movimentos de oposição ao regime. Torturas, assassinatos e desaparecimentos poderiam, a partir deste projeto, serem anistiados como “crimes conexos.”¹¹

Apesar dos matizes, o projeto foi rechaçado “[...] pelos movimentos e também pelo partido de oposição” (Rodeghero, 2014, p. 199). Manifestações foram marcadas; presos políticos entraram em greve de fome. Insatisfeitos, mobilizaram-se de forma ampla entre os meses de junho e agosto para pressionar e promover alterações no projeto de lei.

A despeito das mobilizações e dos debates acalorados no Congresso Nacional, porém, a tramitação do projeto levou à sua aprovação e sanção sem alterações no essencial.¹² Em 28 de agosto era publicada a Lei nº 6.638, popularmente conhecida como Lei da Anistia.

Com sua aprovação, deitando raízes no passado político brasileiro,¹³ corporificavam-se as noções de anistia como “esquecimento e pacificação”. Criavam-se, com ela, obstáculos “[...] legais e políticos para que as demandas de esclarecimento, julgamento e punição dos crimes da ditadura pudessem ser levadas adiante” (Rodeghero, 2019, p. 1133). Sedimentava-se, ao contrário da ruptura, a conciliação. A transição e o processo de redemocratização impunham-se de forma conciliatória.

Nesse contexto, Celso, Gustavo e Vera podiam, enfim, voltar ao Brasil. Finalmente, as esperanças do fim do exílio se concretizavam. No entanto, novas dificuldades apareciam.

Enquanto desejo abstrato e indefinido, voltar é um ponto de sustentação para a pessoa exilada. Como aponta Ana Vasquez: “Um exílio sem

¹⁰ Em que houve morte e/ou feridos.

¹¹ Para maiores detalhes, cf. Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

¹² Carlos Fico desenvolveu interessante estudo a respeito dos debates e negociações no Congresso Nacional a respeito do projeto de lei. Apontou, inclusive, que diante do contexto desfavorável à oposição, a disposição sobre os “crimes conexos” acabou por contar com apoio de parlamentares do MDB. Para maiores detalhes, cf. Fico, 2010.

¹³ Rodrigo Patto Sá Motta aponta para a importância da conciliação e da acomodação, constituintes da cultura política brasileira, como aspectos importantes na compreensão da ditadura civil-militar brasileira. Conforme suas próprias palavras: “A conciliação e a acomodação fazem parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou seja, elas integram a cultura política do país -, e, como há larga tradição e vários exemplos bem-sucedidos, muitos líderes são incentivados a escolher tal caminho, na esperança de construir projetos políticos estáveis.” (Patto Sá Motta, 2014, p. 15)

retorno é sentido como uma dupla derrota, como se eles – aqueles que nos baniram – tivessem realmente conseguido cortar nossas raízes” (Vasquez *In*: Rollemberg, 1999, p. 266). Para além, aos exilados em geral, a ânsia e o desejo de regresso não remetem, apenas, à vontade de retorno a um lugar físico, mas, também, a um tempo que está no passado. “A sedução de voltar no tempo, quando se volta a um lugar. Efeito atraente, sobretudo para os que deixaram no passado a juventude, a esperança, o ideal, a luta e, até mesmo, o reconhecimento, o prestígio” (Rollemberg, 1999, p. 266).

Porém, quando o retorno ganha concretude, tornando-se real, com data definida, incorporam-se novos sentidos, menos luminosos, incertos e complexos, à ânsia, felicidade e desejo de regresso.

A volta, tão aguardada, acontecia em circunstâncias não esperadas. O regresso que, no momento da partida, seria para dar continuidade a um processo revolucionário em curso, acabava por se concretizar pela anistia de um governo que Celso, Gustavo e Vera haviam se proposto a derrubar.

Além disso, voltar colocava na ordem do dia uma nova mudança. Todos os três haviam construído uma vida no exílio. Como refazer a identidade, como se adaptar, novamente, a uma nova realidade? Como se reencontrariam, depois de tantas mudanças, com o Brasil? Como estaria o país que, tão perto quanto distante, abria, enfim, suas fronteiras para recebê-los? Cada um experimentaria a volta à sua maneira. Como ponto em comum, a sensação de *mal à l'aise*, deslocamento e inadaptação.

“Não vou conseguir, para mim não foi possível”: o retorno de Celso de Castro

O retorno dos exilados, pós-lei da Anistia, tornava-se um grande evento nacional. Várias foram as coberturas midiáticas realizadas nas chegadas ao aeroporto. Os exilados, não raras vezes, eram recebidos por diversos amigos, familiares e representantes de movimentos sociais nos saguões. A sociedade brasileira estava muito interessada pelos exilados que, enfim, retornavam ao Brasil. Aquele verão, inclusive, ficaria conhecido como o *verão da anistia*.¹⁴

¹⁴ Essa expressão, cunhada pelos jornais, tornou-se comum no imaginário popular dos que estavam vinculados à anistia. Para maiores detalhes, cf. Araujo, 2012.

Embora os reencontros festivos dominassem a vida dos que retornavam ao país, Celso de Castro não era tomado pela felicidade no retorno. Ao contrário. Política e pessoalmente, sentia-se derrotado. Mais. Acreditava, inclusive, que não havia nenhum motivo para que as pessoas – e a esquerda nacional – comemorassem a anistia.

Vivendo em São Paulo, participou de uma das festas promovidas pelo Comitê da Anistia. Em carta a uma amiga, descreveu, de modo detalhado, a maneira como estava enxergando as comemorações e, no limite, a felicidade com relação à abertura política:

Sábado fui a uma festa do Comitê da Anistia, mil pessoas, a maioria de “retornados”. Uma festa surrealista, uma alegria que me pareceu chocante, um entusiasmo indecente e um toque de nostalgia melodramática. As pessoas fazem comparações absurdas entre a vitória sandinista e a volta dos exilados. *Parece que ninguém se dá conta, e o que é pior: ninguém quer entender que voltamos derrotados, que houve uma concessão da ditadura. E que se nos permitiram voltar, é porque nos derrotaram, e se houve uma abertura, é porque eles foram os vitoriosos. Mas cada um acredita no que quer acreditar. E assim comemoram a anistia e a abertura como uma vitória das forças populares, um velho discurso tão irreal e alienado como tem sido a esquerda brasileira* (Castro, 2014, p. 23. *Grifos nossos*).

Permeado por um sentimento de derrota e descrente com relação à abertura, Celso recuperou, parcialmente, a esperança na esquerda brasileira com o surgimento de um novo partido no cenário político. Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, parecia ser a alternativa que Celso esperava. Ao contrário das organizações de esquerda armada que, isoladas socialmente, não conseguiram sensibilizar os setores populares do país, o PT representava o contrário. Um partido de massas, surgido no calor das greves do ABC paulista, composto por trabalhadores e para os trabalhadores. Era, aparentemente, a solução necessária para o ressurgimento de uma esquerda que não fosse pautada por um “discurso tão irreal e alienado”. Era, também, uma solução para o próprio Celso. Tornava-se uma forma de buscar uma reinserção no cenário político do país.

Equilibrando-se em empregos instáveis como jornalista, Celso mergulhava de cabeça na construção e no fortalecimento do PT. Em carta para sua segunda esposa, Ana, fica evidente a importância que a militância política tinha em sua vida, demonstrando aspectos do *ethos* revolucionário

que descrevemos acima, e o PT como principal centro gravitacional da vida de Celso:

Eu continuo pelo menos orientando minha vida em função das opções políticas mais gerais, pelo menos e isso não corresponde necessariamente e sempre a uma atitude militante mais consequente, *mas pelo menos continua sendo a referência principal*. A única razão que tenho de continuar no Brasil, e realmente a única, é que agora eu creio que há uma possibilidade muito concreta de construção de um partido de massa, e que esse partido é o PT. [...] Eu te diria, ou construímos o PT em São Paulo ou não construímos em nenhuma parte (Castro, 2014, p. 23. *Grifo nosso*).

Embora as razões sejam desconhecidas, Celso, gradativamente, foi se distanciando e se desiludindo com o PT. Talvez a desilusão não tenha sido, apenas, com os rumos do partido. Mas sim uma incongruência entre a sua identidade – e forma de compreender a política – e a própria sociedade brasileira, forjada em outros referenciais. A clivagem era grande. A reabertura política seguia de forma conciliada, mantendo intacta a estrutura de poder dos militares. Além disso, para as esquerdas, os referenciais revolucionários ganhavam o vazio. Os ideais de outrora apareciam como antiquados. Assim como os antigos revolucionários.

Ao passo que isso acontecia, a desorientação e inadaptação aumentavam a pressão em sua vida. Com dificuldades financeiras, Celso retornou a sua cidade natal, Porto Alegre. Ali, as coisas pioraram, conforme ele mesmo apontou em carta para sua filha, Flávia, no mesmo ano de 1982:

Desde que voltei para o Brasil (e como me arrependo de ter voltado) tive uma dificuldade enorme em me reintegrar. E essa dificuldade aumenta à medida que passa o tempo, hoje é maior do que há seis meses atrás, muito maior de que há um ano. [...] O cotidiano é insuportável e não há esperanças de que alguma coisa se modifique. [...] O fato é que a minha dificuldade de adaptação, minhas neuroses e minha angústia, além de complicarem a minha vida, complicam a das pessoas que eu amo, dificultam o relacionamento com as pessoas e com a vida, e me transformaram em um cara amargo, cético (Castro, 2014, p. 26).

Para além da amargura e do ceticismo, que dificultavam sua relação com as outras pessoas, é digno de nota, também, o arrependimento em ter voltado ao Brasil. E isso pode ser explicado por dois principais fatores. Por um lado, refere-se à diferença entre o Brasil que era idealizado no exílio e a

realidade efetiva do país com a qual Celso entrou em contato. Para além, e de modo mais importante, o exílio significava a manutenção da identidade que se perdia por completo no retorno. A condição social de exilado de Celso estava intrinsecamente vinculada à militância política, ao projeto revolucionário e, especialmente, ao *ethos* revolucionário. Voltar ao Brasil em um processo de redemocratização conciliada, em que os militares lideravam o processo e a esquerda nacional apostava em referenciais democráticos, colocava na ordem do dia a necessidade de deixar a identidade revolucionária em um passado que passou. Como apontou Denise Rollemberg: “O reencontro de 1979 e dos anos seguintes – com os exilados e os presos políticos, ‘da sociedade com a democracia’ – criou um fosso entre o passado e o futuro, como se para fazer este fosso preciso esquecer aquele” (Rollemberg, 2006, p. 85). A inadaptação de Celso, portanto, como uma impossibilidade de esquecer o passado para construir o futuro, político e pessoal.

Dali em diante, a situação de Celso piorou. A bebida se tornou cada vez mais frequente em sua vida. Assim como a cocaína. Embora tenha se casado pela terceira vez, nada o encantava mais. Trabalhava com o que podia para sobreviver. Parecia não viver. Durava, como dizia o poema de Álvaro de Campos.¹⁵

Completamente desiludido, em agosto de 1984, escreveu um texto em que descrevia seu estado de espírito com relação à militância e, também, a própria vida:

Não tenho mais aquele empurre de antes. Não me passa mais pela cabeça formar um grupo político. *Não consigo imaginar que eu possa ter uma ação política mais ativa, mais combativa, como a criação de um grupo de esquerda radical dentro de um dos partidos existentes. Não vou conseguir. Para mim, não foi possível* (Castro, 2014, p. 26. *Grifo nosso*).

Neste trecho, resta evidente que o fator radicalidade era algo fundamental para fazê-lo se engajar, novamente, em uma perspectiva de militância política. A construção de sua identidade no seio de uma esquerda revolucionária, conflitava com o cenário da esquerda nacional. O momento de reinserção política de Celso era, também, o início de uma nova fase da esquerda brasileira. Nesse cenário, “[...] as ideais de revolução e socialismo

¹⁵ Referência ao poema “Aniversário”, de Álvaro de Campos. Para maiores detalhes, cf. PESSOA, Fernando. Aniversário. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/20> . Acesso em: 28 nov. 2024.

ficaram cada vez mais distantes da maior parte da esquerda brasileira” (Salles, 2020, p. 46).

Talvez buscando aspectos dessa radicalidade, Celso, junto a um amigo, também ex-exilado, Nestor Heredia, planejou uma invasão à casa de Rudolf Goldbeck, ex-cônsul da Alemanha no Paraguai. Convictos de que Goldbeck havia sido um oficial nazista, buscavam encontrar documentos que provavam a sua vinculação a grupos paramilitares de direita na capital gaúcha.

Disfarçados de funcionários da Companhia Riograndense de Comunicações (CRT), Celso e Nestor entraram no prédio e invadiram o apartamento por volta das 17 horas do dia quatro de outubro. No entanto, algo deu errado. Segundo o relatório da polícia, um vizinho avisou as autoridades que, chegando na porta do apartamento, teriam ouvido tiros. Depois de conseguirem entrar, os policiais se depararam com os corpos de Celso e Nestor, além de Goldbeck amarrado e sua mulher ferida com dois tiros. A conclusão da polícia é que, cercados, Celso e Nestor teriam cometido suicídio. (SNI, 1984)

A filha de Celso, anos depois, realizou um documentário chamado *Diário de uma busca*. Tentando compreender o que, de fato, aconteceu com seu pai, Flávia de Castro reúne algumas evidências que colocam em xeque a versão de suicídio exposta pela polícia. Além de apontar uma possível ligação de alguns policiais com os grupos paramilitares com os quais Goldbeck teria conexão, o laudo do IML, por exemplo, impossibilita que a versão de suicídio seja comprovada (De Castro, 2011).

No entanto, toda a ação montada por Celso ainda é envolta de mistério e incompreensão. Uma coisa, porém, parece clara. Sua disposição em invadir a casa de Goldbeck parece remontar o período da militância clandestina, armada. Uma ação que aos olhos daquela sociedade parecia deslocada, fora de tempo e de lugar. Assim como o próprio Celso se sentia. Sua vida terminou com uma derradeira ação militante.

A utopia no retorno de Gustavo Buarque

Durante o exílio em Paris, Gustavo deu seguimento aos seus estudos. Passou a estudar Sociologia e Economia na Universidade Paris X-Nanterre. Na

capital francesa, casou-se com a parisiense Nicolette Van Der Linden. Com ela, voltou ao Brasil, provisoriamente, em 1980, para realizar uma longa viagem.

Não voltar imediatamente ao Brasil após a lei da Anistia foi algo comum entre os exilados. Muitos, primeiro, fizeram uma viagem de reconhecimento, para verificar se iriam, efetivamente, voltar ao país. Alguns, inclusive, optaram por ficar em seu país de exílio, mesmo após a possibilidade de volta ser autorizada (Rollemberg, 1999).

Em sua viagem de reconhecimento, Gustavo ficou apaixonado pela ilha de Marajó, no Pará. Embora tenha voltado para a França pouco depois, para seguir com seu doutorado, passou a cultivar o sonho de voltar ao Brasil e morar na ilha. Dois anos depois, em 1982, o casamento com Nicolette chegou ao fim. Logo em seguida, Gustavo conheceu Lúcia Souza, uma brasileira que havia ido a Paris para fazer um curso de francês. Apaixonaram-se e decidiram, juntos, voltar o Brasil. Em setembro de 1982, Gustavo voltou, definitivamente, ao seu país de origem.

Como havia recebido uma herança da mãe recém-falecida, Gustavo pôde, no retorno, dedicar-se integralmente à escrita de sua tese de doutorado. O local de moradia escolhido foi, justamente, a ilha de Marajó. Ali, Gustavo ficou próximo dos habitantes da ilha. A companhia frequente do álcool, que preocupava os amigos no exílio parisiense, tornou-se ainda mais próxima no contato com os pescadores. Além disso, as crises depressivas que haviam iniciado em Paris aumentaram de frequência no retorno ao Brasil. Segundo os relatos de Lucia, embora apaixonado pela vida, Gustavo também

[...] era triste, pois sentia-se frustrado com o rumo que tomava a vida no Brasil, e com isso ficava cada vez mais depressivo; um homem que estava marcado por profundos traumas psicológicos que vinham à tona de forma violenta, principalmente quando bebia, o que fazia seguidamente (CEMDP, 2002, p. 93).

No retorno ao Brasil, por diversas vezes, segundo a esposa, Gustavo tentou o suicídio.

Em parte, sua insatisfação com o retorno estava relacionada à política. A desvinculação completa da militância política parecia ser um sintoma dessa insatisfação. Contudo, apesar desse afastamento, Gustavo comprou um barco, sugerindo que os sonhos revolucionários de outrora ainda permaneciam vivos

em sua vida. Nomeou-o de “Utopia”. A sua tese de doutorado também foi intitulada de “Manifesto Utópico”. O barco e a tese como forma de manutenção do sonho utópico que cultivava. Como forma de manter viva a identidade que parecia se esvaír.

Na ilha, Lúcia ficou grávida. Diante da estrutura hospitalar precária, optaram por ir a Porto Alegre em fins de 1983, para que Lúcia tivesse apoio da família. Quinze dias depois do nascimento da filha, Joana, voltaram para o Pará. Com pouquíssimos recursos que restaram da herança da mãe, as condições de vida na ilha tornaram-se insustentáveis. Assim como a própria situação de Gustavo. Distante de tudo e de todos, Lucia não tinha condições de cuidar dele e da filha. Por isso, em outubro de 1984, voltaram para Porto Alegre.

Com muitas dificuldades financeiras e de adaptação, Gustavo conseguiu um trabalho como pesquisador no Estaleiro Mauá, localizado na capital carioca. Mudaram-se, então, para o Rio de Janeiro.

Embora perto dos amigos, a situação de Gustavo não melhorou. Na madrugada do dia 22 de setembro de 1985, depois de um jantar, Gustavo se jogou da janela do quarto em que sua filha, com então um ano e oito meses, dormia (CEMDP, 2002, p. 94).

Anos depois, em 2002, a família de Gustavo entrou com pedido de indenização ao Estado pelas torturas sofridas durante a ditadura. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos¹⁶ analisou o caso e, em 2004, deferiu o pedido. A relatora, Maria do Rosário, proferiu o seguinte voto: “Não há dúvidas de que as torturas levaram Gustavo à morte. Voto pela inclusão do nome de Gustavo Buarque Schiller dentre as vítimas fatais da ditadura militar” (Cemdp, 2002, p. 183).

A política indenizatória, especialmente em casos como o de Gustavo, demonstra um certo simplismo na perspectiva de compreender a questão. Seu suicídio não diz respeito, exclusivamente, às torturas que sofreu, embora se saiba que, para entendê-lo, é necessário levá-las em consideração. A indenização e a responsabilização da ditadura acabam por ocultar como os

¹⁶ Comissão estabelecida pela Lei nº 9140, com a finalidade de reconhecer indivíduos que faleceram ou desapareceram em virtude de suas atividades políticas; empreender esforços para a localização dos corpos desses indivíduos; e elaborar pareceres sobre os requerimentos de indenização apresentados por seus familiares. Para maiores detalhes, cf. BRASIL, Leis de nº 9140/95; 10.536/2002 e 10.875/2004.

valores da sociedade brasileira em processo de redemocratização conflitavam com os valores construídos e partilhados pela geração de 1968.

Estrangeira em seu próprio país. O retorno de Vera Sílvia

Vera retornou ao Brasil alguns meses após a lei da Anistia. No exílio parisiense, formou-se em Sociologia e fez mestrado em desenvolvimento agrícola na Universidade de Paris VII. Também na capital francesa foi diagnosticada com transtorno afetivo bipolar. No entanto, foi no retorno ao Brasil que os eventos maníacos, depressivos e psicóticos, características do transtorno, se tornaram mais frequentes e menos espaçados.

Em entrevista concedida anos depois, Vera relembrou o retorno. Para além da dificuldade no reconhecimento de um país que havia mudado significativamente, voltar ao Brasil era, assim como para Celso e Gustavo, estar de frente com a necessidade de refazer identidade e projetos em um país desconhecido. Todas essas questões acabaram por ocasionar o primeiro grande episódio de crise bipolar de Vera no Brasil:

Eu me estranhei muito. Entrei numa crise muito braba. Não tive uma relação de reconhecimento do Brasil. Custei a reconhecer o Rio de Janeiro, as pessoas, os lugares. Um estranhamento profundo. Acho que deu um troço na cabeça. Tive mesmo problemas psíquicos brabos. Já tinha tido no exterior, mas quando cheguei aqui é que tive mesmo. Saí do foco, saí do ar, surtei. Fui morar em Recife e aí surtei mais ainda, era mais desconhecido. *E eu também não sabia bem o que fazer no Brasil; como recomeçar. Era um outro país. Voltar para o Brasil que eu queria tanto transformar...era um outro Brasil, tinha mudado, mas em nenhum dos sentidos que eu queria....*Nisso eu sofri muito, no Brasil. Eu não sabia o que fazer (Magalhães, 1994. *Grifo nosso*).

Mais do que não saber o que fazer no Brasil, era ainda mais difícil não saber quais caminhos tomar no país que ela havia tanto tentado transformar, e que fora transformado de uma maneira inteiramente diferente da desejada. Na chegada ao Brasil, Vera respirava os ares da transição pactuada, conciliada, acrescentando dificuldades outras às esperadas no retorno ao país de origem, depois de quase uma década no exílio.

Após alguns anos vivendo em Recife, Vera voltou ao Rio de Janeiro, sua cidade natal. Ali, embora tenha retomado a convivência com amigos e ex-companheiros de militância, não conseguia recuperar um sentido existencial e político para sua vida. Politicamente, nem mesmo o PT a empolgava. Em

meados da década de 1980, participou de algumas campanhas de candidatos amigos, como foi o caso de Vladimir Palmeira, antigo companheiro de DI-GB, mas não se engajava.

Além disso, ao longo dos anos, diante das metamorfoses pelas quais o partido passava, deixando, gradativamente, de ser um partido de cunho “reformista-revolucionário”, para se tornar um partido da “política como arte do possível” (Aarão Reis, 2005), Vera se desiludia com o PT. Em 1997, por exemplo, declarou ao jornal *O globo*: “No início, o PT tinha propostas novas. Agora, não. Não tenho ideia do que farei em 1998 [em relação às eleições presidenciais]. Devo votar em Lula, mas acho que não será nada fácil” (O Globo, 1997, p. 3).

Embora se mantivesse de esquerda, a opção pelo não engajamento político não dizia respeito, apenas, à desilusão com o PT. Assim como para Celso de Castro, decorria do descompasso na forma de conceber e militar politicamente. E isso, também em Vera, gerava uma sensação de mal-estar, deslocamento e inadaptação, como ela mesma relatou em entrevista à revista *Vozes*: “[...] eu me sinto estrangeira. Eu sou estrangeira no Brasil” (Vozes, 1998, p 116).

Mesmo que essa sensação de estrangeirismo decorra de múltiplos fatores, dizia respeito, especialmente, à manutenção do *ethos* revolucionário, da identidade relacionada à militância armada, como ela mesma ressaltou em 1986:

Percebo, no meu comportamento, ainda hoje, passados vinte anos, a marca desse período. É uma marca fundamental. Eu me comporto, em determinadas circunstâncias, como uma pessoa da Dissidência da Guanabara. Do ponto de vista do trabalho, da política. É uma coisa muito forte. É uma ética positiva, mas é uma ética extremamente divagante, extremamente sonhadora. É, também, um camisa de força (Magalhães, 1986).

Ao mesmo tempo uma ética e uma camisa de força. Uma identidade que deixava Vera presa no passado.

Vera, tampouco, conseguia refazer seus caminhos profissionais. Alcançou alguns trabalhos burocráticos, como na Secretaria de Planejamento, mas nada que a empolgasse. Em entrevista concedida em 1998, mais de dez anos depois da entrevista anterior, Vera continuava ressaltando a importância

da militância armada na sua vida presente, relacionando-a, inclusive, a uma certa sensação de cansaço perante a vida e o mundo:

Eu associava a militância à minha vida. E associo até hoje. Tanto é que eu não consigo fazer porra nenhuma da minha vida. É normal uma pessoa como eu, que leu, estudou, não ter trabalho, não ter objetivo e não ter cotidiano? Não me mato porque tenho meu filho. Essa frase é ridícula, mas é exatamente o que me prende no mundo (Magalhães, 1998).

Os anos passavam e a situação de Vera se deteriorava. Aos problemas psicológicos, somavam-se problemas de saúde. Ainda na década de 80, Vera desenvolveu um câncer no sistema linfático que, embora tratado, reincidiu seis anos depois. Para além do câncer, crises convulsivas, desmaios e um enfisema pulmonar apareceram. Diante do cansaço perante a vida, Vera parecia não encontrar forças para cuidar da saúde. Realizava os tratamentos médicos necessários, mas se alimentava de forma desregrada e abusava do consumo de cigarros. Combinados, esses fatores acabavam por degradar, ainda mais, sua saúde, como apontou o relatório de seu médico em 1999:

Ao longo dos anos e, como subproduto dos tratamentos quimioterápico e psiquiátrico, desenvolveu anemia não-responsiva aos métodos usuais e obesidade.

Em suma, essa paciente desenvolveu ao longo dos anos uma quantidade realmente impressionante de situações médicas graves e, potencialmente letais, fazendo corpo pensar que suas condições físicas e mentais tenham se tornado extremamente frágeis (De Paiva, 1999).

Alguns amigos, que a visitavam neste período, percebiam seu cansaço. Daniel Aarão Reis, companheiro de militância, lembrou: “Vera vivia em um vazio existencial” (Aarão Reis, 2019).

Nesse contexto, impossibilitada de trabalhar pelos problemas de saúde, Vera ingressou com um duplo processo. Demandava pensão da União como reparação pelas torturas sofridas e, também, reparação por danos morais e patrimoniais. De forma até então inédita, teve sua demanda deferida. Em abril de 2002, a 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro reconheceu que Vera sofreu sequelas em decorrência das torturas e mandou a União pagar 20 salários-mínimos – à época quatro mil reais – em forma de pensão mensal (O Globo, 2002, p. 13). Era a primeira anistiada a conseguir indenização reparatória do Estado brasileiro. Além disso, pouco tempo depois, em formato de pensão

única, receberia a quantia de 60 mil reais pelos danos morais e patrimoniais (O Globo, 2003, p. 10).

Embora tenha sido beneficiada pela lei, o fato não era impeditivo para que Vera externasse críticas às suas distorções. A partir de uma regra indenizatória problemática, estabelecendo que os demitidos em virtude do arbítrio do Estado teriam direito a valores indenizatórios de acordo com o salário do mais alto posto que poderiam ter alcançado, algumas indenizações, especialmente de militares, atingiam a casa de milhões de reais. Procurada pelo jornal *O Globo*, Vera criticou: “Não consigo imaginar esses valores. Não acho justo um montante desse para ninguém. Os critérios não deveriam ser esses. [...] Quem reivindicou se baseou na lei, mas ela é questionável. Essas somas me deixam perplexa” (O Globo, 2003, p. 10).

Em maio de 2003, Vera foi submetida a uma perícia médica, demandada pela justiça em virtude de recurso apresentado pela União ao seu pedido indenizatório. Além das mazelas físicas, evidenciava-se no relatório seu cansaço melancólico:

[...] face inexpressiva, mímica pobre, leve ansiedade, respondendo laconicamente às perguntas formuladas, não encarando o interlocutor. Aos poucos, esboçando um leve sorriso passou a discursar sobre sua vida pregressa como fosse de terceiros, sem demonstrar emoção, sem modulação de voz, quase indiferente, apática (Cunha Gomes, 2003, pp. 4-5).

Vera se distanciava, indiferente e apática, da própria vida. Vislumbrando a escuridão abismal entre passado e presente, sentia-se irreconhecível. O futuro deixava de figurar como uma possibilidade. Suas parcas forças, circunscritas à sobrevivência, reduziam-se drasticamente. Diante desse cansaço melancólico, a morte despontava como único futuro possível. Desejo oculto, impronunciável, confidenciado por Vera a alguns poucos amigos. Dos sonhos utópicos e revolucionários de outrora, destruídos pela roda viva da história, restava a última renúncia possível, individual.

Em uma das poucas saídas de sua casa nesse período, em julho de 2006, Vera foi a um encontro festivo organizado pelos antigos companheiros de militância estudantil e armada dos anos 60. Nas fotografias, sempre sentada, com uma aparência adoecida e envelhecida, mantinha um olhar vazio. Alguns, que não a viam há muito, chocavam-se e entristeciam-se (Arroio, 2020).

A vitalidade e vivacidade do passado contrastando com o cansaço do presente, como se Vera representasse os sonhos que sua geração ousou sonhar. Envelhecidos e adoecidos, corroídos pela estreiteza imaginativa de um tempo histórico destituído de alternativas, os sonhos esvaziados de sentido como a própria vida de Vera. Ambos fora de lugar, estrangeiros, exilados, incomodados e incomodando.

Em 2007, diante do agravamento do enfisema pulmonar, Vera teve de fazer uma lobectomia às pressas. A cirurgia foi bem-sucedida e Vera voltou para casa em fins de novembro. No entanto, na madrugada do dia quatro de dezembro, sofreu um infarto e morreu.

Considerações finais

Adelbert von Chamisso, representante do romantismo alemão, escreveu, em 1813, *A história maravilhosa de Peter Schlemihl*. A narrativa é centrada nos infortúnios de um homem que vendeu sua sombra. Trocando-a por uma bolsa que multiplica moedas de ouro, Peter Schlemihl passa, então, a ser perseguido e marginalizado por ser um homem sem sombra. “Pessoas decentes costumam levar a sombra junto, quando saem ao sol” (Chamisso, 1989, p. 26), dizia um de seus perseguidores.

Resta óbvio que a sombra, no conto de Chamisso, é metafórica. No entanto, não o é como falsificação, contraposição ao real, à verdade. Ao contrário. Em prefácio para uma das edições francesas da obra, Chamisso sublinhou, através de uma definição proposta por um tratado elementar de física do século XVIII, o aspecto sólido das sombras (Chamisso, 1989, p. 109).

Nesta perspectiva, a despeito de uma representação falseada da realidade, a solidez da sombra de um indivíduo – e, também, de uma geração – evidencia-se como sua projeção concreta no mundo. A silhueta como identidade, marca de uma trajetória individual, produzida no encontro entre a opacidade individual e a luminosidade social. Próxima e, ao mesmo tempo, distante da sombra dos demais.

A sombra de Celso, Gustavo e Vera – e da geração de 1968 – foi o *ethos* revolucionário. Inscritos dentro de marcos referenciais sociais e internacionais, sonharam sonhos audaciosos e ambiciosos. Negando o mundo tal qual ele é, respondiam com a proposição de um novo mundo. Ação e sonho como partes

de uma mesma prática revolucionária. Coletivo e individual como dimensões distintas, porém indissociáveis, de uma mesma responsabilidade histórica em transformar o mundo.

Através da combinação de contrários que parecia, até então, inconciliável, a revolução, utopia irrealizável, tornava-se possível, iminente, ao alcance dos dedos.

Celso, Gustavo e Vera foram expressões de sua geração. No entanto, não apenas pela incorporação dos ideais revolucionários. Como casos-limite, são expressões do estranhamento, desilusão e desesperança com a derrota do projeto político que encampavam. Para além, são as representações mais extremadas da dificuldade que os militantes da luta armada tiveram de reencontrar seus caminhos no Brasil em redemocratização, depois de uma militância que envolveu clandestinidade, prisões, torturas, mortes e exílios.

Após a avassaladora derrota, Celso, Gustavo e Vera – assim como a ampla maioria de sua geração – ao modo de Peter Schlemihl, buscavam se reencontrar com sua sombra. Reencontrar seu lugar no mundo. Para eles, no entanto – como escreveu Celso – “não foi possível”. O ethos revolucionário como uma espécie de espectro, sombra autônoma, rebelava-se contra quem os havia construído no passado. As maneiras de agir e ver o mundo, âncora fundamental da identidade, que haviam lastreado a posição deles neste mesmo mundo, tornavam-se, a partir da derrota e do retorno ao Brasil, obstáculos impeditivos a sua reformulação. Gradativamente, eles, que conferiam “outrora à sombra um ser”, acabavam por ver o “ser passar como sombra” (Chamisso, 1989, p. 13). Celso, Gustavo e Vera tornavam-se sombras de si mesmos. Irreconhecíveis, fora de lugar, estrangeiros.

Arnaldo Chain, também militante da esquerda armada, ressaltou essa dificuldade de adaptação a todos da geração, ao dizer:

Como articular uma vida depois de ter se envolvido num processo como esse? É difícil você repor a vida numa condição normal. Vou ser isso, vou ser aquilo. Lutar por uma carreira. Todo mundo que viveu essa situação teve seus problemas, suas questões. Essas questões, às vezes, permanecem a vida inteira. Depois que você opta por um processo armado, não tem volta. [Para] muitos companheiros, inclusive para mim. Atualmente, eu não acredito em coisas. Éramos um bando de moleques, mas acreditávamos em coisas. Como conciliar, numa boa, um processo do tipo que a gente viveu com um processo democrático em que vemos todas as forças corrompidas, todos os mundos deteriorados. Você vai votar em um candidato? Você

é representado numa tribuna? Você que fez uma crítica tão radical, teve uma prática tão radical contra ela? O que qualquer um de nós vai fazer? Ser deputado? (Chain, 2019).

Para Celso, Gustavo e Vera, 1968, assim como o título de Zuenir Ventura, não terminou (Ventura, 1988). De algum modo, aquele ano, inacabado, impossibilitou-os de seguir. A “ressocialização radical”, como apontou McAdam, promovida pela luta armada, acabou por gerar questões que permaneceram uma vida inteira. Uma permanência que, no limite, impossibilitou a própria vida.

Fontes documentais

Arnaldo Chain. Entrevistador Higor Codarin. 05/2019.

Daniel Aarão Reis. Entrevistador Higor Codarin. 09/2019.

Raimundo Arroio. Entrevistador Higor Codarin. 10/2020.

BRASIL, Leis de nº 6.683/79; 9140/95; 10.536/2002 e 10.875/2004. Disponíveis em: <https://www.planalto.gov.br/> Acesso: 10 de set. 2024.

CASTRO, F. de. Diário de uma busca. [Documentário] 2011.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Processo nº 066/02. Gustavo Buarque Schiller. 187f. 2002. *In*: Arquivo Nacional, Fundo Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Código de referência: BR DFANBSB AT0.0.0.291. Acesso em: 10 set. 2024.

CUNHA GOMES, L. Laudo médico pericial. Mimeo. 10f. 2003. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Vera Sílvia Magalhães, Caixa 1, Documentos Pessoais II (Relatórios médicos).

DE PAIVA, P. H. Relatório médico sobre Vera. 1f. 1999. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Vera Sílvia Magalhães, Caixa 1, Documentos Pessoais II (Relatórios médicos).

GEISEL, E. Discurso feito aos dirigentes da Arena. 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/17.pdf/view>. Acesso em: 10 set. 2024.

MAGALHÃES, V. S. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. *In*: Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1986.

MAGALHÃES, V. S. Entrevista concedida a Denise Rollemberg. *In*: Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF), Política no Brasil: Exílio, 1994.

MAGALHÃES, V. S. Entrevista concedida a Arnaldo Chain, Carlos Zílio, Daniel Aarão Reis Filho, Glória Ferreira, Leilah Landim e Paulo Sérgio Duarte *In*: Arquivo pessoal de Glória Ferreira, 1998.

O GLOBO, 30 abr. 2002. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 10 set. 2024.

O GLOBO, 23 mar. 2003. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 10 set. 2024.

O GLOBO, 7 dez. 1997. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 10 set. 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). Informação nº018/16/APA/84. 71f. 1984. Arquivo Nacional, fundo Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84010036. Acesso em: 10 set. 2024.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, D. **A revolução faltou ao encontro**: Os comunistas no Brasil. Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS FILHO, D. O governo Lula: das utopias revolucionárias à política como arte do possível. **Revista USP**, [s.l.], n. 65, p. 64-73, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i65p64-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13410>. Acesso em: 10 set. 2024.

ARAUJO, M. P. N. **A utopia fragmentada**: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAUJO, M. P. N. "Lutas democráticas contra a ditadura." *In*: FERREIRA, J.; AARÃO REIS, D. **Revolução e democracia (1964 -...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p. 321-354.

ARAUJO, M. P. N. "Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação." *In*: ARAUJO, M. P. N.; MONTENEGRO, A. T.; RODEGHERO, C. S. (org.). **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. 1. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. v. 1, p. 53-95.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. Tomo I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

CAMUS, A. **O homem revoltado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

CAMURÇA, M. A. "A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica" *In*: AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J. (org.). **Revolução e democracia (1964 -...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 387-408.

CASTRO, J. P. M. E. Ritos da memória: trajetórias e experiências sobre a ditadura militar. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 7-38, abr. 2014.

CHAMISSO, A. von. **A história maravilhosa de Peter Schlemihl**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

COHN-BENDIT, D. 1968. **A revolução que tanto amamos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

DELSUEIL, M.-C.; RICHARD, G.; VASQUEZ, A. Psychologie de l'exil. **Esprit**, n. 30, p. 9-21, 1979.

DA COSTA, H. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J. (org.). **Revolução e democracia (1964 -...)**. 2007, p. 595-636.

DEBRAY, R. **Revolução na Revolução?** São Paulo: Centro Ed. Latino-Americano, s.d.

FICO, C. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, C. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.

FILLIEULE, O. **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005.

FROMM, E. **Conceito marxista de homem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 2. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GARAUDY, R. **Perspectivas do homem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada. Expressão Popular/Perseu Abramo, 2014.

GUEVARA, E. **Guerra de Guerrilhas**. 10ª ed. São Paulo: edições populares, 1987.

GUEVARA, E. **Obras Escogidas**. Santiago: Resma, 2004.

LECLERQ, C.; PAGIS, J. « Les incidences biographiques de l'engagement. » **Sociétés Contemporaines**, n. 84, p. 5-23, 2011/4.

LEVI, G. “Usos da biografia.” In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

MARCUSE, H. **A ideologia da Sociedade Industrial**. O Homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos** (1844). São Paulo: Boitempo, 2004.

McADAM, D. "The Biographical Consequences of Activism." **American Sociological Review**, v. 54, n. 5, p. 744–760, 1989. <https://doi.org/10.2307/2117751>. Acesso: 10 de setembro de 2024

MONTEIRO, T. W. N. G. **Como pode um povo viver nesta carestia: o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11032016-132815/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2024.

PATTO SÁ MOTTA, R. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POLARI DE ALVERGA, A. **Inventário de cicatrizes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro pela Anistia, 1978.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed. Editora da UNESP, 2010.

RODEGHERO, C. S. "A anistia de 1979 e as heranças da ditadura." In: FERREIRA, J.; NEVES DELGADO, L. de A. (org.). **O Brasil republicano. (Vol. 4)**. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. 9. ed. (digital) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RODEGHERO, C. S. "A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje." In: AARÃO REIS FILHO, D.; PATTO SÁ MOTTA, R.; RIDENTI, M. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

ROLLEMBERG, D. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

ROLLEMBERG, D. Exílio. **Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SALES, J. R. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, p. e0206, 2020. DOI: 10.5965/2175180312312020e0206. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312312020e0206>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Décloisonner la sociologie de l'engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français. **Sociologie du travail**, v. 51, n. 1, p. 97-125, janv./mars 2009. <https://doi.org/10.4000/sdt.16032>.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. de O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, 2016, p. 187-226.

SIRINELLI, J.-F. A Geração. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 131-138.

SIRINELLI, J.-F. Effets D'Age et Phénomènes de Génération dans le Milieu Intellectuel Français. **Cahiers de L'Institut D'Histoire du Temps Présent: Générations Intellectuelles**, n. 6, p. 5-18, nov. 1987.

SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

VENTURA, Z. **1968**. O ano que não terminou. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.